



A CONTRIBUIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ECONOMIA DA EDUCAÇÃO DA FEUSP À CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA

Maria Cecília Sanchez Teixeira
Universidade de São Paulo, Brasil
cila@usp.br

Maria do Rosario Silveira Porto
Universidade de São Paulo, Brasil
mdoport@uol.com.br

Afrânio Mendes Catani
Universidade de São Paulo, Brasil
amcatani@usp.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a contribuição do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FEUSP aos estudos de Administração Escolar no Brasil. Considerando a sua importância no cenário educacional e mesmo o seu papel pioneiro em termos de pesquisa, produção e difusão do conhecimento, procuramos mostrar como, ao longo da sua trajetória, ele vem contribuindo no delineamento do perfil epistemológico dessa área de estudos, bem como influenciando, sobretudo através da atuação de seus docentes na pós-graduação, a formação de pesquisadores, gestores e educadores para diferentes áreas de atuação.

Palavras-chave: Administração escolar, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

Para Beatriz Fêtzion
Fonte inspiradora para aqueles que tiveram o privilégio de partilhar com ela os desafios do EDA em sua busca por uma identidade plural e coerente com a sua missão.

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP E A ESPECIFICIDADE DA ÁREA

A formação em administração escolar já existia anteriormente à criação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como um conteúdo curricular do curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL/USP). Esse departamento funcionava, desde 1962, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, onde ocupava parte do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo – CRPE/SP, ligado ao INEP.



A transferência da Rua Maria Antônia, onde funcionava a FFCL, para o prédio do CRPE foi um esforço empreendido por Laerte Ramos de Carvalho, que era professor do Departamento de Pedagogia e pesquisador do CRPE, o qual antevia que a Cidade Universitária abrigaria, no futuro, a Universidade de São Paulo e pela importância de unir as atividades de formação e de pesquisa do CRPE ao curso de pedagogia.

Em 1973, foi decretada a extinção do CRPE pelo governo federal, as suas instalações passaram a ser ocupadas definitivamente pela FEUSP. Quanto à biblioteca, esta passou oficialmente para o acervo da FEUSP em 1983.

O Departamento de Educação da FFCL se organizava em três cadeiras e disciplinas autônomas: Administração Escolar e Educação Comparada, com as disciplinas administração escolar e educação comparada; História e Filosofia da Educação, com as disciplinas história da educação e filosofia da educação; Didática Geral e Especial, com as disciplinas didática geral, didática especial e métodos e técnicas de ensino e pesquisa pedagógica; e a Disciplina Autônoma de Orientação Educacional.

A Lei nº 5540/68, que instituiu a Reforma Universitária e provocou a elaboração dos novos Estatutos da Universidade de São Paulo, criou a Faculdade de Educação, aprovada pelo Conselho Universitário em 16 de dezembro de 1969 e passando a funcionar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 1970.

Com a FEUSP, as cadeiras se transformaram em departamentos, a saber: Administração Escolar e Economia da Educação – EDA; Filosofia da Educação e Ciências da Educação – EDF; Metodologia Geral do Ensino e Educação Comparada – EDM.

Os professores que iniciaram as atividades do EDA foram: Prof. Dr. Carlos Correa Mascaro (prof. adjunto), Prof. Dr. Moyses Brejon (prof. assistente), Prof. Dr. José Augusto Dias (assistente doutor), Lic. Roberto Moreira (auxiliar de ensino), Lic. Anita Favaro Martelli (auxiliar de ensino), Lic. João Gualberto de Carvalho Menezes (auxiliar de ensino), Lic. José Carlos de Araújo Melchior (auxiliar de ensino). O Prof. José Querino Ribeiro, embora tenha sido um dos organizadores da área de Administração Escolar tanto no extinto Departamento de Educação como na recém-criada Faculdade de Educação, pela ausência de professor titulado que assumisse a chefia do EDM, como catedrático da antiga cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, optou por se transferir para esse departamento, deixando para o Prof. Mascaro a chefia do EDA¹.

¹ A denominação “professor catedrático”, na nova organização da USP, passou a ser “professor titular”.



O EDA seria o responsável por habilitar diretores de escola e inspetores escolares, um cargo que ainda existia no sistema escolar paulista. Seria encarregado das disciplinas correspondentes a essas habilitações e pela disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, nomenclatura adotada após a aprovação da Lei nº 5692/71 para os antigos ensinos primário e médio, e pelas disciplinas vinculadas à área de Economia da Educação.

As disciplinas das duas habilitações seriam ministradas nos dois últimos anos do curso de Pedagogia aos optantes por essas formações, e a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus ofertada no primeiro ano a todos os ingressantes da Pedagogia e aos alunos das Licenciaturas, tendo como objetivo introduzir os licenciandos no panorama geral do sistema escolar brasileiro. Para tanto, constava de conteúdos relativos aos fins da educação, à história da educação brasileira e ao estudo pormenorizado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente quanto à organização do sistema escolar brasileiro, referente aos aspectos didáticos, administrativos, de financiamento etc. Orientava-se pelo livro homônimo, organizado pelos professores da FEUSP, a maioria do EDA, funcionando como um conteúdo programático para os ministrantes dessa disciplina. É importante destacar que todos os professores do departamento teriam que estar aptos a ministrar esta disciplina, tanto que ela era sempre incluída nos editais de concurso do EDA.

As disciplinas sobre Economia da Educação, por sua vez, entravam no segundo ano do curso de Pedagogia e tinham o objetivo de introduzir os alunos no tema geral das diferentes teorias econômicas e a história de seu desenvolvimento, e no tema específico do financiamento em educação.

Ressalte-se que a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus passou, posteriormente, a se chamar Política e Organização da Educação Básica. E a disciplina Economia da Educação recebeu a denominação de Fundamentos Econômicos da Educação. Ambas atualmente são ministradas na primeira metade do curso de Pedagogia.

No programa de pós-graduação, coube ao EDA a Área de Concentração em Administração Escolar, com os níveis de mestrado e de doutorado.

Relativamente à formação do administrador escolar propriamente dita, esta passou e ainda passa – por questionamentos quanto ao modo de como preparar os gestores e administradores escolares.

Uma questão fulcral que sempre esteve presente nessas discussões foi a especificidade do trabalho do diretor. Sendo uma função que deveria fazer a junção entre o pedagógico e o administrativo, quais seriam os conteúdos adequados para essa formação. Decorre dessa outra



questão: constituiria a administração escolar um campo específico de estudo? E mais: quais conteúdos orientariam a elaboração do currículo?

Nessa questão, há que se ressaltar a atuação de José Querino Ribeiro, que sempre esteve à frente das discussões sobre administração escolar. Já em 1952, em seu livro *Ensaio de uma teoria de administração escolar*, conforme nos mostra Paro (2009), ele ressaltava a condição de mediação da administração e, no que diz respeito especificamente à administração escolar, ele afirmava que esta seria um instrumento para a realização dos objetivos da educação. Ou seja, indiretamente, o Prof. Querino admitia que a administração escolar seria um campo específico do contexto maior de estudos de administração, onde encontraria seu fundamento último.

Mais adiante, na mesma obra, ainda de acordo com Paro (2009), ele declara expressamente que a administração escolar seria uma das aplicações da administração geral, quanto à semelhança de aspectos, tipos, processos, meios e objetivos.

Em 1961 foi promovido pela FFCL o I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, com o propósito, segundo Catani e Gilioli (2004, p. 25), de sistematizar as práticas de administração escolar, definir as especificidades desse campo de estudo e disseminar seus saberes nos meios acadêmicos e fora deles. O prof. Querino foi o presidente da comissão organizadora e, conforme apontam Catani e Gilioli (id.ib.) ele ressaltou, em sua fala inicial, a importância dos quatro grupos mais gerais das atividades da administração escolar: pessoal, material, serviços e financiamento. Tais atividades específicas teriam dois vetores: um mais teórico, voltado para a formação de especialistas, e outro mais prático, voltado para a formação de profissionais.

O Prof. Querino também foi um dos idealizadores da Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE)², aprovada nesse I Simpósio e cuja importância para a discussão sobre o campo da administração escolar foi – e continua – imprescindível.

Discutindo a ideia de transposição dos princípios de formação da administração geral para a escolar, de acordo com Paro (2009), fica claro que a intenção de Querino Ribeiro, ao propor a aplicação na escola dos princípios e métodos da administração empresarial, era procurar formas de realizar aí, de maneira tão eficiente quanto se realizava o trabalho nas empresas, os importantes objetivos educacionais; não era transportar para a instituição escolar as técnicas e estratégias de dominação presentes na empresa tipicamente capitalista, mas

² Atualmente denominada Associação Nacional de Política e Administração da Educação.



encontrar estratégias de formação de administradores para atender a uma necessária expansão dos sistema escolar em consonância com os ideais da Escola Nova, da qual era cultor.

Esta postura foi a que prevaleceu nesses primeiros anos da habilitação, expressa pelas disciplinas que a compunha, tais como Princípios e Métodos de Administração Escolar, Administração Financeira, Administração de Pessoal, Administração de Material, Legislação do Ensino e Relações Públicas e Humanas. Como se vê, um currículo bem colado na formação em administração de empresas, em que não faltavam os estudos das linhas de administração, como os de Henri Fayol e Frederick Taylor, a escola de relações humanas etc., e as principais teorias econômicas do liberalismo do mundo ocidental.

Relativamente às funções do diretor, o capítulo do livro *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus*³ acima citado, do Prof. José Augusto Dias, destaca sua complexidade em pelo menos três aspectos: de autoridade escolar, de educador e de administrador.

Como autoridade escolar, ele seria o representante da escola na comunidade. Como educador, participaria das atividades-fim da escola, ou seja, o ensino. Como administrador, desenvolveria as quatro atividades básicas: planejamento, organização, coordenação e avaliação dos resultados. Conteúdos que seriam preenchidos pelas outras disciplinas da área.

Pode-se dizer, portanto, que a formação de diretores pelo EDA, nesse momento, teria uma tendência funcionalista, percepção que é ratificada pela bibliografia proposta para cada disciplina, somada a uma tentativa de neutralizar uma postura essencialmente política da ação administrativa. Em vez disso, dominava a ideia de racionalidade, eficiência e eficácia na ação administrativa.

A habilitação em Inspeção Escolar seguia o mesmo currículo, substituindo-se apenas a disciplina Princípios de Administração Escolar por Princípios de Inspeção Escolar.

Essa organização curricular começou a se enfraquecer já ao fim da década de 70, com a entrada de novos professores e a adoção de uma bibliografia de linha progressista, em especial seguindo as críticas marxistas à organização e funcionamento do sistema escolar, embora o antigo currículo ainda dominasse. O realce aos processos de burocratização da escola, com a consequente divisão do trabalho como processo de dominação capitalista, vai pondo em cheque a grade curricular da habilitação em administração escolar. É o tiro inicial para as sucessivas mudanças que o EDA vai sofrer na eterna busca pela identidade do diretor de escola – agora identificado como um dos gestores.

³ Em 1998, este livro foi revisado pelo Prof. João Gualberto de Carvalho Meneses e publicado pela Pioneira com o título *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: leituras*, seguindo a nova nomenclatura proposta pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



Essas mudanças foram possíveis pela chefia do Prof. José Carlos de Araújo Melchior, que instaurou uma gestão democrática no EDA, a qual consistia na participação de todos os professores nas tomadas de decisões sobre as principais questões relativas ao departamento, posteriormente aprovadas pelo conselho do EDA. Esta forma de gestão foi se consolidando e se tornou um traço importante da cultura departamental, juntamente com uma postura de respeito às diferentes posições teóricas e ideológicas de cada um de seus professores.

No entanto, é importante lembrar que, apesar das diversas mudanças pelas quais o EDA passou ao longo dos anos, a sua missão sempre permaneceu constante, qual seja, o seu compromisso em desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em prol de uma educação pública de qualidade.

DA FORMAÇÃO DO DIRETOR À FORMAÇÃO DO EDUCADOR: AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO CAMPO

Na década de 80, os professores sentiram necessidade de discutir e propor uma reforma curricular da habilitação, ao mesmo tempo em que continuava uma renovação do seu quadro docente.

O EDA sempre se destacou pela sua vocação multidisciplinar, não se limitando à seleção apenas de professores com formação em pedagogia. Ao contrário, a política do EDA, exaustivamente discutida nas reuniões, era ampliar e diversificar os estudos que poderiam contribuir para a formação do administrador, do inspetor escolar e do educador de modo geral. Por isso, seus professores provinham, e ainda provêm, de diferentes áreas do conhecimento: sociologia, filosofia, antropologia, história, literatura, economia e até mesmo administração...

Os recortes proporcionados pelas diferentes disciplinas confirmam a postura teórico-epistemológica mantida pelo EDA ao longo da sua existência e a pluralidade de visões de mundo que permitiram a permanência dos traços comuns da cultura departamental e as mudanças requeridas pelos novos tempos.

Influenciados por esse processo interno e pelos processos de democratização e politização que vinham ocorrendo na sociedade e no campo educacional, seus professores começaram a rever os programas das disciplinas e a discutir a formação de administradores e inspetores escolares até então baseados nas propostas da década de 60.

A Lei Complementar nº 444/85, que estruturava e organizava o magistério público paulista de 1º e 2º graus, extinguiu o cargo de inspetor escolar. Com isso, a habilitação em Inspeção Escolar também foi extinta no EDA.



Embora tais processos, iniciados ainda na década de 70, tivessem um certo peso, é importante lembrar que o reconhecimento da função política da universidade e da educação sempre esteve presente nas posturas teóricas e práticas de seus professores. Como bem lembra Fétizon (2012), a função política da universidade e da educação é explicitada já nos primeiros documentos que, à época da criação da universidade, determinaram os seus fins. E se tal princípio ficou à sombra nos duros anos da ditadura, nem por isso deixou de ancorar a prática dos docentes.

Assiste-se, então, a uma politização do campo da administração escolar que questiona as suas bases teóricas de viés tecnocrático, mais precisamente o que Oliveira e Catani (1994) chamam de “paradigma da empresa”. A este se opõe o enfoque que privilegia a “especificidade da escola”. Não que esta última já não estivesse presente nas primeiras propostas teóricas, particularmente nas apresentadas por Querino Ribeiro que, apesar de advogar uma administração escolar nos moldes da administração empresarial, inspirava-se nos princípios da Escola Nova para conceber, contraditoriamente, uma educação como formação do homem em sua integralidade, o que, no entender de Paro (2009), seria um paradoxo. no entanto, no seu entender, não invalidaria a obra de Querino.

Uma nova concepção de administração escolar começou a se esboçar, dando origem a um novo perfil profissional do diretor de escola: à formação técnica associa-se a formação política. Dessa forma, de uma visão funcionalista, tecnocrática, passou-se a uma abordagem de matriz marxista, sócio-histórica, que, ao mesmo tempo em que ensejou a redefinição do perfil do administrador da educação e da sua identidade política, contribuiu para a revisão teórica da área na qual “compromisso político” e “competência técnica” parecem, no dizer de Pereira & Andrade, (2005), soldar as crenças capazes de conduzir os educadores às lutas por mudanças sociais. Uma das frentes dessa luta é trazer a comunidade para a escola através da criação de canais de participação. Surgiram, então, as teorias sobre participação, gestão democrática, formas coletivas de gestão escolar, cuja concepção e divulgação foi em grande parte promovida pelos seus professores, que já viviam a experiência da gestão democrática no próprio departamento.

Esse interesse pela participação e sua aplicação na escola, nem sempre bem compreendida e acolhida pela comunidade escolar, fez o olhar de muitos professores se voltarem para o cotidiano da escola e seu dinamismo. Mais precisamente, para a escola como organização complexa, na qual os processos de gestão estão referenciados não só no contexto político e ideológico, como nos contextos cultural e organizacional.



No início dos anos 90, um grupo de professores trouxe para o EDA os estudos da cultura das organizações educativas, com a criação de disciplinas na graduação e na pós-graduação, pois naquele momento também a pós-graduação passava por um processo de reformulação. Antes vinculadas aos departamentos, as áreas de concentração – Administração Escolar, Didática e Filosofia da Educação -, foram substituídas por áreas temáticas interdepartamentais.

O EDA participou ativamente na criação de duas áreas temáticas: “Estado, Sociedade e Educação” e “Cultura, Organização e Educação”.

A primeira abrangia investigações sobre as relações entre Estado, sociedade e educação por diferentes perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas, com ênfase nos direitos educativos e nas políticas públicas que visassem à democratização da educação, e contemplava temas sobre relações de gênero, educação e trabalho, raça/etnia, educação de jovens e adultos e educação especial.

A segunda voltava-se para os estudos das organizações educativas e das culturas concebida como sistemas simbólicos e das práticas sociais entendidas como práticas simbólico-educativas, acolhendo projetos de pesquisa sobre a cultura afro-brasileira e outras culturas e etnias, como a árabe, a chinesa etc. e suas repercussões na educação. Acolhia também temas de pesquisa não necessariamente ligados à escola, mas sim a organizações educativas em sentido amplo.

Assim, consoante a sua vocação multidisciplinar, as áreas temáticas propostas pelo EDA passaram a acolher pesquisas que ofereciam olhares diversos sobre o cenário educacional brasileiro, que mudava rapidamente com a introdução de novos atores.

Vinculados às áreas temáticas foram criados inicialmente dois centros de estudos: o Centro de Memória da Educação, interdepartamental, à área de Estados, Sociedade e Educação, com o objetivo de preservar e organizar acervos significativos para a pesquisa educacional; e o Centro de Estudos do Imaginário, Cultura e Educação, com o objetivo de desenvolver pesquisas sobre as complexas relações que se desenvolvem no cotidiano das organizações educativas.

Nessa perspectiva ampliada, o interesse investigativo do EDA passou a agregar ao estudo das macroestruturas os das microestruturas, e ao estudo da sociedade o dos grupos e dos sujeitos que atuam no cotidiano da escola.

É o momento em que, fiel à sua vocação multidisciplinar, o EDA iniciou a introdução, no currículo da graduação, de estudos sobre a diversidade. Num primeiro momento as relações de gênero na educação e a Educação Especial, depois a Educação de Jovens e Adultos, a Pedagogia Social, e, mais recentemente, Cultura Afro-brasileira e Indígena.



ORGANIZAÇÃO ATUAL DO EDA: ÁREAS TEMÁTICAS E DISCIPLINAS

Ao longo de sua trajetória o EDA foi se adaptando às diversas mudanças curriculares que foram ocorrendo no Curso de Pedagogia e procurando desenvolver um currículo mais rico e diversificado, contribuindo para a “afirmação de uma especialidade pedagógica como área relevante no meio acadêmico e como carreira profissional de maior prestígio”. (Catani & Gilioli, 2004, p. 71)

O atual currículo da Pedagogia, atendendo à nova configuração definida pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação/Licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 2015), oferece as seguintes habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, Magistério da Educação Infantil e Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Habilitação Integrada: Administração Escolar da Educação Básica, Supervisão Escolar da Educação Básica e Orientação Educacional da Educação Básica. Cabe ao EDA a formação nas seguintes áreas: Política Educacional e Organização da Educação Básica, Administração Escolar, Economia da Educação, Educação Especial, Relações de Gênero e Educação, Cultura Escolar e Educação. (Currículo do Curso de Pedagogia)

Para dar conta dessa nova proposta de formação do educador, o currículo se estrutura em torno de três princípios básicos: 1) a integração das antigas habilitações – Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Educação Especial – ao currículo comum; 2) a flexibilização na organização curricular com a criação de três percursos formativos, entendidos como áreas de aprofundamento: Política e Gestão da Educação; Educação e Cultura; e Escolarização e Docência; e 3) a integração entre os departamentos na oferta das disciplinas.

Dessa forma, o currículo assim concebido fortaleceu os vínculos entre os departamentos, que “ao contrário do que ocorre em outras unidades, nas quais os departamentos apresentam grande autonomia de objetivos, com programas próprios de graduação e pós-graduação, possuem menor autonomia, pois suas atividades são marcadas por interdependência, integração e articulação como necessidade para realizar os propósitos e missão da Unidade quais sejam: a formação de profissionais competentes, críticos e socialmente responsáveis na construção e difusão de conhecimentos e na prestação de serviços à sociedade.” (EDA, Projeto Acadêmico, 2019).

Com a inclusão da habilitação em Administração Escolar no Currículo Comum, o EDA passou a oferecer as seguintes disciplinas obrigatórias: Fundamentos Econômicos da Educação, Política e Organização da Educação Básica I, Política e Organização da Educação Básica II,



Coordenação do Trabalho na Escola, Cultura e Educação Afro-brasileira e Indígena, além de ser responsável pelo Programa Integrado de Estágio em Gestão, Política e Organização da Educação Brasileira. Na Licenciatura o EDA continua a oferecer a disciplina: Política e Organização da Educação Básica no Brasil.

Numa perspectiva multidisciplinar e de integração entre os departamentos, compartilha com o EDF e o EDM as seguintes disciplinas: Educação Especial – fundamentos, políticas e práticas escolares; Pesquisa Educacional: questões teórico-metodológicas e prática pedagógica; Projeto Integrado de Estágio em Docência em Educação Especial; e Educação Comparada.

Com a flexibilização da organização curricular e a criação de percursos formativos, o EDA se responsabiliza por disciplinas em cada um dos três percursos, sendo que, em um deles, Política e Gestão da Educação, que diz respeito à sua área de atuação, as disciplinas optativas são ofertadas de forma “fixa”, enquanto que nos demais percursos são ofertadas de forma “variável”.

No percurso Política e Gestão da Educação, que oferece fundamentos para a compreensão de diferentes aspectos da política educacional e da gestão democrática, cabe ao EDA as seguintes disciplinas: Teorias de Administração Escolar no Brasil, Direção de Unidade Escolar, Fundamentos da Avaliação de Sistemas e Unidades Escolares e Política Educacional e Diversidade.

No percurso Educação e Cultura, que tem por objetivo o aprofundamento da reflexão sobre as relações entre educação e cultura, o EDA se responsabiliza pelas disciplinas: Cultura e Educação I: teoria da complexidade e cultura escolar; Relações de Gênero e Educação I: trabalho, educação e gênero; Cultura e Educação II: imaginário e processos simbólicos; Teoria e Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente na Educação; Literatura, Cultura e Educação: hermenêutica e processos formativos.

Já no percurso Escolarização e Docência, que visa aprofundar temas relacionados às atividades pedagógicas, o EDA oferece as disciplinas: Relações de Gênero e Educação II: escola e relações de gênero; Paulo Freire: teoria, métodos e práxis; Trabalho e Educação na Sociedade Brasileira; e Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos.

Mas, além dessas, o EDA, também tem um rol de disciplinas optativas que são oferecidas esporadicamente na medida das possibilidades de seus professores e que confirmam a sua vocação multidisciplinar: Cinema e Educação: pressão pedagógica e imaginários contemporâneos; Cultura & Educação III: mitologias – uma introdução; Seminários de Administração Escolar; Seminários de Economia Política da Educação; Educação Especial, Inclusão Escolar e Políticas de Atendimento a Alunos com Deficiência, Transtornos Globais



do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação; Cultura e Organização I: a multidimensionalidade do fenômeno sócio-organizacional educativo; Financiamento da Educação Básica no Brasil; Teoria dos Campos Sociais: gênese e estrutura; Seminários de Política Educacional; Políticas Sociais e Pessoas com Deficiência: transversalidade e intersectorialidade; Introdução à Análise e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais.

Contudo, as reformas não se limitaram à graduação. A pós-graduação tem agora uma nova configuração com a substituição das Áreas Temáticas por Áreas de Concentração que se desdobram em Linhas de Pesquisa e o EDA atua mais especificamente em três Áreas de Concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação; Educação e Ciências Sociais – desigualdades e diferenças; e Educação, Estado e Sociedade.

A atuação do EDA se estende também à prestação de serviços à comunidade, um dos três grandes objetivos da Universidade. Dessa forma, na área de Cultura e Extensão, o EDA tem se destacado na formação de professores e outros profissionais das redes de ensino públicas e privadas, colaborando em ações educacionais em diferentes âmbitos sociais em parceria com órgãos governamentais, organizações não governamentais, sindicatos e movimentos sociais. (EDA, Projeto Acadêmico, 2019)

O EDA é, ainda, responsável por diferentes espaços de formação, estudo e pesquisa, como: o Centro de Memória da Educação, o Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação, o Laboratório Didático de Educação Especial, o Laboratório Experimental de Arte-Educação & Cultura, o Núcleo de Avaliação Institucional e o Grupo de Pesquisa sobre Relações Étnico-raciais, Educação, Gênero e Religião. (EDA, Projeto Acadêmico, 2019)

Como se constata, ao longo dos anos as atribuições do EDA foram se multiplicando e se ampliando, mesmo sem a correspondente ampliação do seu quadro docente, como mostrado no seu último Projeto Acadêmico (2019), o que tem levado os professores a redobram seus esforços para fazer frente a todas as solicitações dos seus diferentes campos de atuação.

Assim, nesse novo contexto universitário e nesse novo quadro curricular, agora estruturado em torno de percursos formativos e fazendo um estudo comparativo do currículo dos primeiros anos do EDA com o atual, percebe-se que, no embate entre formação técnica e formação político-pedagógica, esta última tornou-se prioritária, inclusive pela extinção de disciplinas fundamentalmente de formação técnica e pelo oferecimento de disciplinas coerentes com a própria orientação da FEUSP, que vem se aprimorando numa formação mais ampla e profunda de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao longo da sua trajetória observa-se que o objetivo inicial de criação e consolidação de um campo de estudos específico sobre Administração Escolar foi alcançado, porque o EDA sempre esteve ciente do seu papel no cenário educacional brasileiro, de modo que podemos dizer que ele efetivamente contribuiu para a construção teórico-epistemológica dessa área, ampliando e diversificando os estudos que lhe dão sustentação. E isso acontece porque o pano de fundo da diversidade é a permanência de traços e padrões culturais presentes no EDA, traços que permanecem e sustentam a sua identidade de instituição social destinada à educação das novas gerações.

O EDA sempre esteve atento não só às questões de ordem prática como a reformulação dos programas, com vistas a adequá-lo ao permanente processo de renovação pedagógica, mas, principalmente, à produção de novos caminhos de formação pedagógica, que sempre esteve no horizonte de seus professores, não só por meio de suas pesquisas como as de seus orientandos. Como a FEUSP foi uma das primeiras a oferecer doutorado em educação no Brasil, o EDA muito contribuiu para a disseminação do conhecimento da área, bem como para a formação de pesquisadores e profissionais da educação das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil.

Dessa forma, para além das discussões sobre a competência técnica e do compromisso político do diretor, o departamento sempre teve uma visão ampliada e plural da sua formação e um compromisso com a formação do educador, como se pode ver no seu Projeto Acadêmico, segundo o qual “...cabe ao EDA a iniciação nos estudos sobre organização escolar e políticas públicas de educação, por meio do oferecimento de disciplinas teóricas, da pesquisa, da realização de atividades práticas como correspondentes curriculares (PCC) e estágios. A partir de uma sólida base reflexiva, contribuir para a formação de um profissional que possa responder às questões contemporâneas e aos desafios da sala de aula, da gestão, da atuação em centros de pesquisa, em movimentos e organizações governamentais e não governamentais. ” (EDA, Projeto Acadêmico, 2019)

Podemos, pois, dizer que, em sua trajetória, o EDA foi consolidando a sua posição de referência nacional, inclusive por sua participação efetiva na ANPAE, e mais recentemente internacional, que confirmam a qualidade do trabalho desenvolvido por seus professores em todas as frentes: ensino, pesquisa, extensão de serviços à comunidade, cumprindo com isso os objetivos da universidade a qual pertence.

Mas, não poderíamos concluir este breve relato sobre o EDA sem lembrar que o trabalho realizado por seus professores, ao longo dos anos, é pautado por uma filosofia de vida, um



compromisso político com a formação do educador e uma opção pela escola pública. Porque como diria Beatriz Fétizon,

Professor é menos uma profissão que uma *forma de vida*, uma postura integral em face de si mesmo, do mundo e do outro; é uma vocação de existência carregada de todas as opções que oneram a sua assunção e seu desempenho e, nesse sentido, é de novo uma profissão de fé, de valores, de atitudes que gravam (no plano do conhecimento e da ação) vida e pessoa como um todo. (Fétizon, 2020, p. 23)

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Resolução CNE/CP n. 1**, 2015.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. **Administração escolar, a trajetória da ANPAE na década de 1960**. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

EDA/FEUSP. **Projeto acadêmico**. 2019.

FÉTIZON, B. **Sombra e luz, o tempo habitado**. São Paulo: Zouk, 2002.

FÉTIZON, B. A universidade e sua alma endemoninhada. São Paulo, FEUSP, **Estudos & Documentos**, v. 45, 2012.

FEUSP. **Currículo do Curso de Pedagogia**. <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/ppplp-12.pdf>. Acessado em 2 de dezembro de 2021.

OLIVEIRA, R. P. de; CATANI, A. M. A pesquisa em administração escolar no Brasil. Brasília, **RBAE**, v. 10, n. 1, p. 9-15, jan./jun. 1994.

PARO, V. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. Campinas, **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 1-7, maio/agosto 2009.

PEREIRA, G. M.; LIMA DE ANDRADE, M. da C. A construção da Administração Escolar na RBAE (1983-1996). Campinas, **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1393-1411, set./dez. 2005.

Recebido em: 15 de agosto de 2021

Aceito em: 21 de dezembro de 2021